

MAPEAMENTO, FORTALECIMENTO E DISSEMINAÇÃO DE HORTAS URBANAS COMUNITÁRIAS EM FOZ DO IGUAÇU

Carolina Della Monica¹
Ana Alice Aguiar Eleutério²
Sílvia Aparecida Zimmermann³

Resumo:

As hortas urbanas comunitárias são espaços agrícolas coletivos nas cidades, promovendo segurança alimentar, acesso a alimentos saudáveis, autonomia e organização social. Tais iniciativas, geralmente baseadas em práticas agroecológicas, buscam integrar produção de alimentos com preservação ambiental, educação, cultura e bem-estar. Este estudo integra o projeto de extensão da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), intitulado “Mapeamento, fortalecimento e disseminação de hortas urbanas comunitárias em Foz”, realizado entre 2022 e 2023. O objetivo foi mapear as hortas comunitárias de Foz do Iguaçu e fornecer subsídios para políticas públicas voltadas à sua valorização e expansão. A metodologia do estudo dividiu-se em três etapas: inicialmente, foi feita uma revisão bibliográfica e documental de experiências consolidadas em três municípios brasileiros, referências em hortas urbanas. Em seguida, realizou-se entrevista com o diretor de agricultura do município para construir o georreferenciamento das hortas identificadas. Por fim, aplicou-se um questionário baseado no mapeamento da Agroecologia em Rede (AeR), abordando aspectos como identificação, área física, técnica, economia, organização social e redes de apoio. O questionário foi respondido por representantes de oito das quinze hortas localizadas no município. As hortas foram classificadas conforme sua função e estrutura social: hortas comunitárias, institucionais e organizações de fomento. O georreferenciamento revelou que as hortas comunitárias se concentram nas periferias, as institucionais no centro, e as organizações de apoio nas regiões norte e sul da cidade. Todas as hortas analisadas adotam práticas sustentáveis, como cultivo orgânico e técnicas agroecológicas. Apesar da existência de uma lei municipal que institui o Programa de Hortas Comunitárias em Foz do Iguaçu, o estudo revelou a ausência de diretrizes claras, orçamento e recursos humanos, dificultando sua efetivação como política pública.

Palavras-chaves: Agricultura urbana; Hortas urbanas comunitárias; Segurança alimentar e nutricional; Políticas públicas.

MAPPING, STRENGTHENING AND DISSEMINATION OF COMMUNITY URBAN GARDENS IN FOZ DO IGUAÇU

Abstract:

Community urban gardens are collective agricultural spaces that promote food security, access to healthy food, autonomy, and social organization in cities. These initiatives, generally based on agroecological practices, seek to integrate food production with environmental conservation, education, culture, and well-being. This study is part

¹ Mestra em Tecnologias, Gestão e Sustentabilidade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE, 2020). Pós-graduada em Gestão Pública (2017), bacharel em Gestão e Empreendedorismo pela Universidade Federal do Paraná (UFPR, 2015) e tecnóloga em Marketing pela Universidade Estácio de Sá, em São Paulo (2011). É servidora técnico-administrativa em educação na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) desde 2014. E-mail: carolina.monica@unila.edu.br.

² Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de São Paulo (2002), mestrado em Ciências Biológicas - Ecologia (UNICAMP - 2010) - Universidad Nacional Autónoma de México (2004) e doutorado em Ecologia (UNICAMP - 2011) - University of Florida (2011). Atualmente é professora adjunta do curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, e do Programa de Pós-graduação em Biodiversidade Neotropical da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: ana.eleuterio@unila.edu.br.

³ Professora Adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Pós-doutora pelo Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA/CPDA/UFRRJ). Doutora de Ciências Sociais, em Sociologia em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2011). Estágio de doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França (2009/2010). Mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade CPDA/UFRRJ (2006). Graduada em Agronomia pela Universidade Federal de Santa Maria (2002). E-mail: silviaz@ufrrj.br.



of an extension project of the Federal University for Latin American Integration (UNILA), entitled “Mapping, strengthening, and dissemination of community urban gardens in Foz do Iguaçu”, carried out between 2022 and 2023. The objective was to map the community gardens of Foz do Iguaçu to support public policies aimed at their valorization and expansion. The methodology was divided into three stages: initially, a bibliographic and documentary review of consolidated experiences in three Brazilian municipalities that are references in urban gardens was carried out. Then, an interview was conducted with the municipality's director of agriculture to build the georeferencing of the identified gardens. Finally, a questionnaire based on the mapping of Agroecology in Network (AeR) was applied, addressing aspects such as identification, physical area, technique, economy, social organization and support networks. The questionnaire was answered by representatives of eight of the fifteen gardens located in the municipality. The gardens were classified according to their function and social structure as community gardens, institutional gardens and development organizations. Results revealed that community gardens were concentrated in the outskirts, institutional gardens in the center, and support organizations in the north and south regions of the city. All gardens analyzed adopted sustainable practices, such as organic cultivation and agroecological techniques. Despite the existence of a municipal law that establishes the Community Garden Program in Foz do Iguaçu, the study revealed the lack of clear guidelines, budget and human resources, making it difficult to implement as a public policy.

keywords: Urban Agriculture; Community Urban Gardens; Food and Nutrition Security; Public policies.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura urbana tem se destacado como uma prática de extrema relevância nas cidades contemporâneas, estabelecendo uma interação sustentável entre a cidade, o meio ambiente e os cidadãos, sendo realizada em pequenos espaços e geralmente integra a paisagem das cidades (PEREIRA E ARCE, 2016). De um lado, com o rápido crescimento urbano, o acesso a alimentos saudáveis e frescos implica, muitas vezes, no abastecimento através de circuitos longos de comercialização, nos quais os alimentos percorrem grandes distâncias por malhas rodoviárias para chegar aos locais de consumo pela população. Por outro lado, a produção alimentícia local estimula o desenvolvimento de ciclos curtos de produção e consumo, aumentando a disponibilidade de produtos *in natura*, com maior qualidade e frescor e, por consequência, gerando maior consumo de frutas, hortaliças, promovendo hábitos alimentares saudáveis e saúde para a população. Outrossim, a agricultura urbana contribui para a segurança alimentar local e a resiliência das comunidades urbanas em face de crises econômicas e climáticas (DAROLT; ROVER, 2021; DUARTE; POLESE, 2023).

A consolidação e expansão da prática da agricultura urbana dependem fortemente da existência e eficiência de políticas públicas que a incentivem e apoiem, reconhecendo-a como uma atividade essencial para a construção de cidades mais sustentáveis e inclusivas (MICHELLON, 2016; (INSTITUTO ESCOLHAS, 2023). Entende-se que a agricultura urbana é fundamental para a implementação de práticas sustentáveis e o fortalecimento da agroecologia nas cidades, para com isso garantir o acesso a alimentos de qualidade e sem agrotóxicos, contribuindo para o abastecimento e a segurança alimentar (CUNHA; CARDOSO, 2022).

Entre as práticas de agricultura urbana, destacam-se as hortas comunitárias como iniciativas nas quais grupos de pessoas se reúnem para cultivar coletivamente um espaço de terra. Essa prática valoriza os saberes tradicionais e a mão de obra local, com o objetivo de garantir a segurança alimentar e nutricional por meio da produção de alimentos de forma segura e sustentável. Ademais, contribui para o fortalecimento das relações entre os membros da comunidade, promovendo a saúde física e mental das famílias, o resgate dos conhecimentos relacionados ao cultivo da terra no contexto urbano e o estímulo ao cuidado e à proteção de da vida (PEREIRA E ARCE, 2016; MICHELLON, 2016).



O cultivo de hortas urbanas comunitárias tem se consolidado como uma prática valorizada e disseminada em todo o mundo. No Brasil e na América Latina, programas voltados às hortas comunitárias têm mobilizado um número crescente de pessoas, configurando-se como um importante instrumento para a promoção da segurança alimentar e nutricional, a redução da vulnerabilidade social e a melhoria da qualidade de vida, além de incentivar o consumo de alimentos saudáveis (SILVA *et al.*, 2020; INSTITUTO ESCOLHAS, 2023). Nessa mesma linha, as hortas comunitárias também contribuem para a mitigação de um problema recorrente nas cidades: os vazios urbanos, ou seja, terrenos baldios e ociosos, públicos ou privados, que frequentemente se tornam depósitos de entulho e focos de doenças, representando riscos sanitários e sociais (SILVA *et al.*, 2020; INSTITUTO ESCOLHAS, 2023). A ocupação sustentável desses espaços por meio das hortas promove ações coletivas voltadas ao acesso e à disponibilidade de alimentos de forma solidária, incentivando a segurança e a autonomia alimentar, bem como oportunidades de trabalho, geração de renda e inclusão social e produtiva, com base em iniciativas cooperativas (LOVO, 2011; MICHELLON, 2016).

Tais espaços também possibilitam oportunidades econômicas, seja por meio da geração de empregos, da comercialização dos produtos cultivados ou pelo incentivo ao empreendedorismo. As ações educativas nesse contexto abrangem desde a educação alimentar, nutricional e ambiental até o cultivo, preparo, usos medicinais e beneficiamento dos alimentos, como temperos, frutas secas, farinhas, pomadas e pequenas etapas de processamento, como descasque e lavagem, promovendo o aprendizado e de desenvolvimento comunitário e econômico (PEREIRA e ARCE, 2016).

Os resultados apresentados neste artigo têm escopo nos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável definidos pela ONU: 2. Fome Zero e Agricultura Sustentável; 3. Saúde e Bem-Estar; 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis, e; 12. Consumo e Produção Responsáveis (FAVORETO *et al.*, 2024). Ele surge a partir do projeto de extensão da UNILA "Mapeamento, fortalecimento e disseminação de hortas urbanas comunitárias em Foz" (2022-2023) proposto para mapear hortas urbanas comunitárias existentes em Foz do Iguaçu, identificar seus modos de funcionamento, os principais desafios, a fim de promover o fortalecimento e a disseminação desta prática, fornecendo base para o desenvolvimento de políticas públicas locais, além disso, a busca por disseminar a agricultura como alternativa de economia, renda e saúde familiar, promovendo os saberes da terra, cuidado e proteção da vida.

Este artigo está estruturado em cinco seções, além desta introdução. Na primeira seção é apresentada a metodologia do estudo, em sequência é feita a revisão sobre cidades brasileiras em que as hortas comunitárias estão presentes, sendo referência no campo da política pública. Na terceira seção é descrita a realidade de Foz do Iguaçu, bem como o histórico local das políticas públicas voltadas ao tema das hortas urbanas. Na quarta seção é apresentado o mapeamento das hortas realizado no município. A quinta seção apresenta as considerações finais, sendo a última seção, a apresentação das referências bibliográficas. A partir desta pesquisa, foi possível ter um diagnóstico do movimento de hortas urbanas comunitárias em Foz do Iguaçu, bem como, apresentar propostas para a atuação do poder público municipal.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa tem caráter descritivo e a metodologia se deu em três etapas. Na primeira, foi empregada revisão de literatura sobre temas de agricultura urbana, hortas comunitárias e segurança alimentar e nutricional, além da revisão bibliográfica e documental de casos de três

municípios brasileiros onde o programa de hortas comunitárias está consolidado: Curitiba-PR; Maringá-PR e Maricá, com uma visita técnica em Maricá.

Na segunda etapa foi realizada uma entrevista exploratória com o diretor da agricultura de Foz do Iguaçu, para compreender se e como a gestão municipal fomenta as hortas comunitárias, e para a elaboração do georreferenciamento das hortas identificadas com o uso da plataforma do Google Maps. Com o georreferenciamento, foi possível verificar a distribuição espacial das hortas no território.

Na sequência houve a elaboração de um questionário pré-estruturado baseado no mapeamento de iniciativas municipais de agroecologia realizado pela Agroecologia em Rede (AeR) da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA, 2020) contendo as dimensões: identificação; área física; técnica; econômica; organização social e redes de apoio. As quinze hortas identificadas foram categorizadas de acordo com a sua função e organização social como horta comunitária, horta institucional e organização de fomento às hortas. Em terceira fase, foram visitadas oito hortas em Foz do Iguaçu e aplicado o questionário pré-estruturado aos responsáveis, em conversa guiada pelo questionário, mas aberta ao surgimento de informações não previstas. As visitas permitiram uma compreensão mais aprofundada sobre a estrutura das hortas, comunidade envolvida, organização social, técnicas e redes de apoio.

3. CIDADES BRASILEIRAS COM HORTAS URBANAS COMUNITÁRIAS: BENEFÍCIOS E DESAFIOS

No âmbito das políticas públicas que visam garantir a Segurança Alimentar e Nutricional, programas de hortas comunitárias urbanas são uma das linhas de ação implementadas por municípios em todo o mundo e contribuem para a meta ODS 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis. No levantamento de iniciativas bem-sucedidas em outras municipalidades brasileiras, destacam-se os casos de Curitiba (Paraná), Maringá (Paraná) e Maricá (Rio de Janeiro), descritas a seguir.

i) Curitiba-PR:

De acordo com os dados da pesquisa “Municípios Agroecológicos e Políticas de Futuro” (ANA, 2021), foram identificadas três iniciativas em Curitiba, estado do Paraná, para incentivo às hortas urbanas comunitárias, escolares ou institucionais, que ocorrem dentro de entidades públicas ou Organizações Não-Governamentais (ONGs). As hortas comunitárias começaram a ser implementadas em Curitiba em 2019, a partir da aprovação da Lei Municipal nº 15.300, de 2018, e até 2023, a cidade contava com 147 hortas comunitárias em funcionamento e 37 mil pessoas envolvidas no programa. Além das hortas, o município mantém uma Fazenda Pública Urbana que abastece restaurantes populares e é um centro de educação ambiental e agricultura orgânica.

O programa é gerido pelo Departamento de Estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional, que estabelece as regras, organiza a demanda e implanta a horta para então designar os cuidados à população demandante. Para solicitar a implantação de uma horta comunitária em Curitiba, é preciso reunir ao menos dez pessoas da comunidade interessada em fazer a manutenção do espaço, sendo eleita uma liderança pela própria comunidade. O pedido é feito pela central de atendimento da prefeitura indicando a área em que se pretende cultivar. A prefeitura é responsável por avaliar o terreno de acordo com o planejamento urbano de uso e, caso seja de propriedade privada, é necessário firmar um termo de autorização de uso. Após

definida a área, a equipe técnica da prefeitura avalia e corrige o solo, declive e realiza outras análises que se apresentem necessárias para implantação da horta.

Autorizado o uso do espaço, a prefeitura oferece um curso de agricultura urbana e orgânica obrigatório para a comunidade e faz a implantação da horta no local, com a divisão de canteiros, instalação de água, energia, cercamento do espaço, doação de ferramentas e das primeiras mudas. Destaca-se que a realização do curso pela comunidade demandante é pré-requisito para a prefeitura implantar a horta. A partir deste momento, a comunidade contemplada pelo programa assina um termo de compromisso pelo cuidado e manutenção do espaço. Cabe à prefeitura fazer o acompanhamento do trabalho, e garantir que o espaço seja utilizado para a finalidade que se destinou.

Destaca-se que há ainda no município hortas sob o linhão da Companhia Paranaense de Energia (Copel), como parte do “Programa Cultivar Energia”, onde a empresa estabelece os termos para uso do espaço com segurança e a divisão de responsabilidades entre Copel, município e a comunidade atendida.

ii) Maringá – PR:

Em Maringá a implantação de hortas urbanas comunitárias iniciou em 2007. Em 2008 foi criado o Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana - CerAUP, ligado a Universidade Estadual de Maringá - UEM, uma iniciativa fomentada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em cumprimento às deliberações das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional.

Atualmente constam no site da prefeitura de Maringá 37 hortas comunitárias cadastradas. A prefeitura estabelece um contrato de concessão de terrenos para fins de produção alimentícia e tem o papel de cercar o terreno e prepará-lo para o plantio das hortaliças, instalar ponto de água e energia, oferecer assistência técnica e insumos, como mudas e adubo, para início dos trabalhos. Os espaços destinados à produção posteriormente são autogeridos pelas famílias envolvidas. Atualmente são aproximadamente 1200 famílias cadastradas no projeto. Dessas hortas, há aquelas que ocorrem em termo de cooperação com a Copel, que incentiva o uso de terrenos localizados embaixo dos linhões de transmissão de energia para o cultivo.

Em relação à organização social e de trabalho, cada horta possui o seu estatuto, que estabelece as regras e responsabilidades, criados conforme orienta a Lei Municipal nº 8.981/2011. O espaço tem gestão coletiva, no entanto, fica a cargo de cada participante o plantio, colheita e manutenção do seu canteiro, garantindo o manejo orgânico dos alimentos.

O apoio técnico oferecido às hortas permitiu a implantação do Sistema de Plantio Direto nas hortas, que visa a sustentabilidade na agricultura, e aumentou a produção, estimada em 900 toneladas por ano (UEM, 2018).

iii) Maricá-RJ:

Em novembro de 2023, foi realizada uma visita técnica no município de Maricá-RJ, para conhecer projetos que promovem a segurança alimentar da população. Teve-se o acompanhamento da Secretaria de Agricultura e da Diretoria Pedagógica do projeto Coopera Maricá. Nesse município, a prefeitura fez uma chamada pública em 2019 para contratação de organização para a manutenção e expansão da Unidade de Produção Agroecológica do município, bem como o desenvolvimento de processos de formação, capacitação e trocas de experiências voltadas aos produtores locais, além da disseminação dos conceitos da agroecologia junto à sociedade (MARICÁ, 2019). Em 2020, foi formalizado o termo de colaboração nº 0018/2020, com a Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais

em Assentamentos de Reforma Agrária (Cooperar), para criação de um centro de agroecologia em Maricá com produção de mudas, alimentos, educação por meio de cursos e capacitações para produtores locais e população geral, além de programa de estágio para universitários. Portanto, houve a iniciativa do poder público e destinação orçamentária para contratação da cooperativa e funcionários que colocassem o programa em funcionamento.

Atualmente existem em Maricá diversos projetos que contribuem para a segurança alimentar e nutricional. Foi implantado no município em 2021 o Restaurante Municipal Mauro Alemão, que oferece 1 mil refeições por dia a preços simbólicos (R\$ 1 para o café da manhã e R\$ 2 para o almoço), abastecido de produtos às horas comunitárias e a fazenda pública. A Fazenda Pública Joaquín Piñero (Figura 1), conta com espaço de 200 hectares, onde são plantados aipim, abóbora, milho, alface, repolho, couve, berinjela, banana e melancia de forma totalmente agroecológica. A produção é realizada por funcionários contratados pela cooperativa, que fazem desde a produção de mudas, controle biológico, manejo e a colheita de toneladas de alimentos por ano que são destinados ao Restaurante Municipal, às escolas municipais, também para instituições de interesse social e a pessoas em situação de vulnerabilidade por meio do CRAS e da moeda social chamada Mumbuca. Ademais, a fazenda é ponto de desenvolvimento de pesquisas e estudos em parceria com as universidades locais.

Figura 1: Fazenda Pública Joaquín Piñero.



Fonte: das autoras (2023).

Outro projeto de referência são as seis hortas comunitárias, onde são cultivados legumes e verduras sem agrotóxicos, nos bairros da cidade. Nessas hortas, cada família deve assinar o termo de compromisso que estabelece as regras de uso do espaço e de convivência comunitária. Cada família recebe um lote de 300 m² para cultivar alimentos. Além disso, há acompanhamento técnico e constantes capacitações, garantindo alta produtividade nas áreas com centenas de quilos de alimentos colhidos.

Outra ação que aproxima e engaja a população aos projetos é a praça agroecológica Araçatiba, uma praça localizada no centro da cidade que se tornou centro de disseminação da agroecologia. A praça é mantida pela Cooperar, que cultiva seus canteiros com alimentos consorciados de forma sintrópica. Aos finais de semana, a praça é ponto de coleta para o projeto “Baldinho do bem”, projeto de compostagem municipal onde a população recebe um baldinho para armazenar os seus resíduos orgânicos e quando cheio, leva à praça para trocar por alimentos produzidos pela fazenda e hortas do município. Deste modo, a praça é uma vitrine para exibir os diferentes tipos de compostagem, também é onde ocorrem eventos, capacitações, distribuição de sementes, mudas e alimentos.

Além dessas iniciativas, Maricá ainda conta com uma agroindústria pública, autarquia que processa minimamente os alimentos, a exemplo, ressecamento de frutas e lavagem e cortes de legumes. Há ainda uma moeda municipal que a população recebe cada vez que contribui com o projeto, por exemplo, levando os seus resíduos para a compostagem, que pode ser utilizada para comprar quaisquer alimentos frutos do projeto.

Quadro 1 - Aspectos das políticas de hortas comunitárias nas três municipalidades estudadas, 2025.

Aspectos/Funcionamento	Curitiba (PR)	Maringá (PR)	Maricá (RJ)
Ano de início	2019	2007	2019
Número de Hortas Comunitárias registradas; pessoas envolvidas	147 hortas comunitárias; 37 mil pessoas envolvidas	37 hortas comunitárias; 1200 famílias cadastradas no programa	3 hortas comunitárias onde cada família cultiva um lote de 300m ²
Órgão Público Municipal Responsável	Departamento de Estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional, ligado à Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional	Secretaria Municipal de Trabalho, Renda e Agricultura Familiar	Secretaria de Agricultura e Pecuária
Assessoria Técnica	- Escola de Segurança Alimentar e Nutricional, parceria com Sesc/Senac ⁴ e outras instituições de ensino; - Plataforma Aprender de cursos EAD	Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana - CerAUP, ligado a Universidade Estadual de Maringá - UEM	Contratação da Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais em Assentamentos de Reforma Agrária (Cooperar)
Lei Municipal sobre Hortas	Lei Municipal nº 15.300/2018 Cada horta possui o seu estatuto, que estabelece as regras e responsabilidades.	Lei Municipal nº 8.981/2011 Cada horta possui o seu estatuto, que estabelece as regras e responsabilidades.	Termo de cooperação nº 18/2020 com a Cooperar estabelece os serviços municipais.
Capacitação	A realização de Curso de Capacitação ofertado à comunidade demandante é pré-requisito para a prefeitura implantar a horta no local solicitado.	Cooperação com a UEM, por meio do Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana - CerAUP	Realizada pela Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais em Assentamentos de Reforma Agrária (Cooperar)
Outras políticas municipais associadas (Restaurante, Agroindústrias, etc.)	Fazenda Urbana Pública, a vitrine do programa de hortas, local que oferece capacitações, educação ambiental; - Restaurante Popular; - Meliponários municipais.	Lei 8722/2010 institui a Semana da Agricultura Orgânica a ser realizada anualmente em Maringá.	- Fazenda pública; - Hortas nas escolas; - Projeto Horta em Casa; - Restaurante popular; - Programa de compostagem; - Praça agroecológica, ponto de coleta de composto e distribuição de alimentos e sementes, centro de capacitações e encontros; - Feira da Agricultura Familiar; - Moeda solidária mumbuca.

Fonte: elaboração das autoras (2025).

⁴ Serviço Social do Comércio - Sesc e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac.

Percebe-se nos três municípios estudados a governança do poder público municipal, em cooperação com instituições de ensino, pesquisa e organizações da sociedade civil, no estabelecimento de políticas públicas que fomentam a prática de agricultura urbana por meio das hortas comunitárias e, também, o desenvolvimento social e econômico, com a assessoria técnica e inovações sociais e tecnológicas para beneficiamento da produção desses espaços.

As políticas públicas seguidas de investimento, governança, estabelecimento de termos de cooperação garantem a continuidade dos programas, mesmo com as mudanças de governo. Nestes estudos de caso, os programas contínuos que seguem ampliando suas ações ligadas a segurança alimentar e nutricional e sustentabilidade nas cidades, como: o apoio técnico, capacitações, criação de agroindústrias para o beneficiamento dos alimentos, restaurante popular e leis específicas para a destinação da produção, como a compra direta para as merendas escolares e atendimento de assistência social.

4. CONTEXTO LOCAL - A CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU E HISTÓRICO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O município de Foz do Iguaçu conta com 285.415 habitantes (IBGE, 2022), localizado no oeste do Paraná-BR, fronteira com Puerto Iguazu, na Argentina, e Ciudad del Este, no Paraguai, integrando uma região urbana total com 700 mil habitantes. Aproximadamente 99,1% da população de Foz do Iguaçu vive em áreas urbanas e o município enfrenta diversos desafios relacionados à vulnerabilidade social, em função de fatores como desigualdade de renda, violência e desemprego.

Segundo dados de 2021 do Índice Multidimensional de Pobreza, cerca de 3,62% da população de Foz do Iguaçu está em situação de pobreza extrema. Embora não haja dados específicos sobre insegurança alimentar em Foz do Iguaçu, é possível dizer que essa é uma questão que afeta diversas famílias em situação de vulnerabilidade social. Conforme o II Vigisan, um relatório da situação da segurança alimentar e nutricional no Brasil, organizado pela Rede de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN, 2022), publicado em junho de 2022 existiam no Brasil 125,2 milhões de pessoas sujeitas a algum grau de insegurança alimentar (IA), das quais 33,1 milhões estavam passando fome. A região sul do Brasil, onde se encontra o estado do Paraná, tem o menor índice de insegurança grave (fome) em relação às demais regiões brasileiras, 9,9%, contudo, são valores ainda muito superiores aos encontrados em 2014, quando o país teve seu menor índice de IA grave, que era 4,2%. Conforme a pesquisa, o estado do Paraná tem aproximadamente 11,8 milhões de habitantes, onde cerca de um milhão de pessoas passaram fome em 2022.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, mostra que em 2023 os números melhoraram, de forma que o país tinha 27,6% (ou 21,6 milhões) dos seus domicílios em situação de insegurança alimentar, sendo 18,2% (ou 14,3 milhões) com insegurança alimentar leve, 5,3% (ou 4,2 milhões) com insegurança alimentar moderada e 4,1% (ou 3,2 milhões) com insegurança alimentar grave (PNAD, 2024). Em Foz do Iguaçu, os dados disponíveis no Cadastro Único para acesso ao Programa Bolsa Família indicam que, em junho de 2023, cerca de 58.556 famílias estavam cadastradas, destas 34.345 famílias com renda de até ½ Salário Mínimo com o cadastro atualizado (CIDADANIA, 2023). Ao multiplicarmos estes dados por uma média de três pessoas por família, chegamos ao valor de 175.668 pessoas inseridas e elegíveis ao cadastro único, e 103.035 que receberam o benefício no mês de junho de 2023, número muito significativo no contexto populacional de menos de 300 mil habitantes. Em relação à localização espacial das famílias cadastradas no CADÚnico, a região de

abrangência com maior número de famílias com renda *per capita* inferior a 1/2 salário mínimo é a do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Norte (26%), seguindo pelo CRAS Leste (23%), CRAS sul (20%), CRAS Nordeste (17%), e o CRAS Oeste (14%) (CABANHA, 2019).

Foz do Iguaçu conta com uma lei de 2017 que trata da produção e comercialização de produtos da agricultura urbana e periurbana no município. Essa legislação estabelece diretrizes para a prática da agricultura urbana e periurbana, incentivando a produção de alimentos saudáveis e a redução do impacto ambiental nas áreas urbanas. Contudo, não há fluxo e delegação de responsabilidades para o seu pleno funcionamento. O mesmo ocorre com uma legislação sancionada em 2022, que institui o programa de “Horta Comunitária” no município, que ainda não foi normatizada. Sobre ações para promoção da segurança alimentar, Foz do Iguaçu adere ao Programa de Aquisição de Alimentos e possui um Banco de Alimentos Municipal (NASCIMENTO, 2020).

Um estudo de Sales (2021) sobre agricultura urbana e periurbana no município, constatou que as primeiras iniciativas no município de estímulo a hortas comunitárias tiveram início em meados dos anos de 1990. Desde então, muitas iniciativas foram realizadas, sendo quase sempre descontinuadas. O estudo de Sales (2021) cita o Programa Municipal “Plantando e Educando: Horta Escolar”, que conseguiu implantar 43 hortas em unidades escolares. Apesar das ações voltadas ao tema, ao longo dos anos, a Prefeitura de Foz do Iguaçu não estabeleceu capacidades estatais para a solidificação de políticas voltadas à agricultura urbana e às hortas, tais como técnicas de gestão, recursos tecnológicos, financeiros, humanos, entre outros (SALES, 2021). Destacamos que o fomento à agricultura urbana vem de encontro com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), com destaque para três destes: 2 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; 3 - Saúde e bem-estar; 11- Cidades e comunidades sustentáveis, e; 12- Consumo e Produção Responsáveis. Portanto, nos parece fundamental que o tema seja pautado na agenda de políticas e ações municipais.

4.1 Mapeamento das hortas em Foz do Iguaçu

Na pesquisa foram identificadas em conjunto com a diretoria da Secretaria de Agricultura do município de Foz do Iguaçu a existência de 15 hortas comunitárias. O apoio da prefeitura às hortas é informal, ocorre a pedido das comunidades diretamente a servidores da secretaria, que atende conforme sua disponibilidade. Não há um fluxo estabelecido, nem a garantia de atendimento. Em geral, a prefeitura recebe solicitações de limpeza de terreno, abertura de canteiros, destinação da poda da cidade, doação de mudas e sementes, mas não há uma política pública que forneça diretrizes e garanta a prestação desses serviços para hortas ou, inclusive, estabeleça novos serviços necessários para consolidação das iniciativas pelo município.

Como resultado da investigação, as hortas de Foz do Iguaçu foram identificadas e classificadas de acordo com as suas características e finalidades como: hortas comunitárias, institucionais ou hortas criadas e mantidas por organizações de fomento, sendo importante ressaltar que este estudo não abordou as hortas escolares. Com o georreferenciamento foi possível verificar a distribuição espacial das hortas no território.

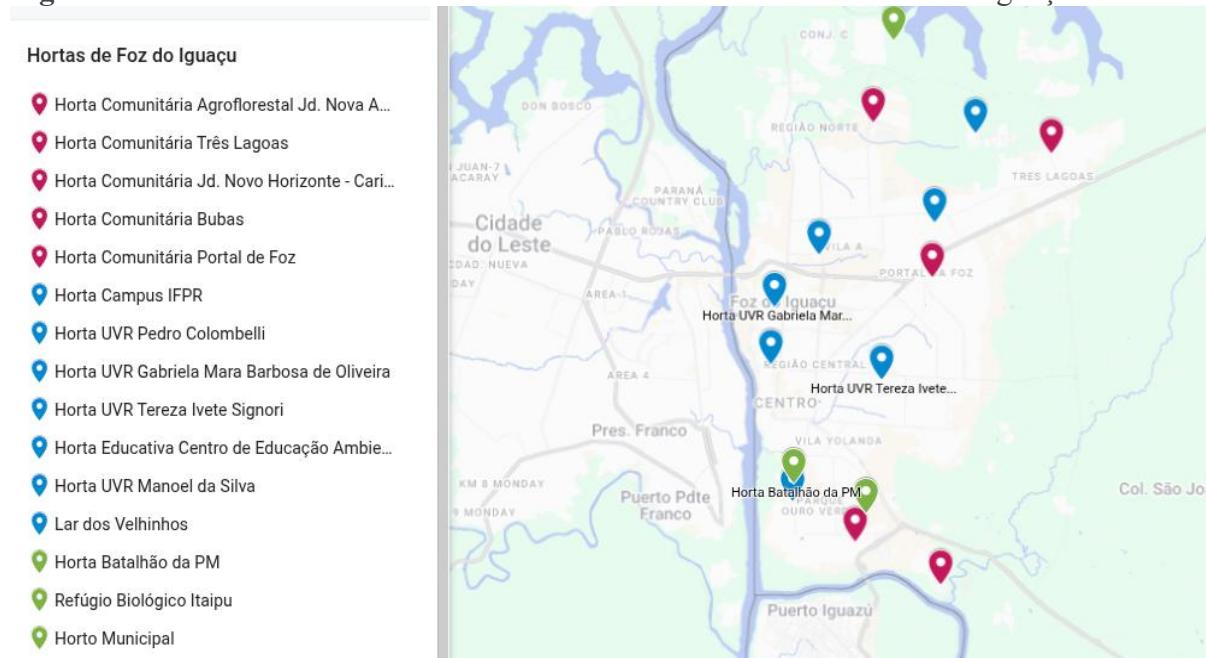
As hortas comunitárias são aqui definidas como espaços de cultivo coletivo localizados em terrenos urbanos ociosos, geralmente de propriedade pública ou desocupados, sendo geridos e mantidos por membros da comunidade local. Essas hortas promovem a participação social, o fortalecimento de vínculos comunitários e a valorização do uso sustentável do solo urbano. As

hortas institucionais são aquelas que estão inseridas em áreas privadas pertencentes a empresas, organizações não governamentais, instituições de ensino ou outras entidades. Nestes casos, o cultivo é conduzido com objetivos diversos, como consumo próprio, a promoção da educação ambiental, a responsabilidade socioambiental da organização ou a oferta de alimentos para consumo interno dos membros da instituição, podendo também servir como espaços de integração e bem-estar para os seus usuários.

As hortas criadas e mantidas por organizações de fomento remetem às instituições que atuam no incentivo à criação e ao desenvolvimento de hortas urbanas, não identificadas na revisão de literatura, essas organizações foram classificadas neste estudo como "organizações de fomento às hortas". Essas instituições se destacam por manter programas de cultivos, funcionando como referência local, além de realizarem a doação de mudas e colheitas, bem como oferecerem suporte a outras iniciativas de cultivo no município.

A Figura 02 abaixo apresenta a localização das hortas e a identificação na cor vermelha como comunitárias, azuis institucionais e verdes organizações de fomento.

Figura 2: Georreferenciamento das hortas comunitárias urbanas em Foz do Iguaçu.



Fonte: Elaboração das autoras / com base na plataforma google my maps, 2023⁵.

Quanto à localização das hortas, as comunitárias são predominantes nas regiões periféricas do município, em regiões onde há mais população acessando também o CadÚnico, enquanto a presença de hortas institucionais prevalece em regiões mais centrais, logo, mais urbanizadas e população com menor vulnerabilidade social. As organizações de fomento estão distribuídas uma na região norte e duas na região sul da cidade.

A entrevista realizada com o Diretor da Secretaria de Agricultura de Foz do Iguaçu, reafirma o resultado já anunciado por Sales (2021), de que apesar de no município de Foz do Iguaçu haver diversas iniciativas de hortas ao longo dos anos, ainda não há capacidade estatal

⁵<https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1sAshBNJMjP-63G2iA3FWvbpIfgaRIQ4&ll=-25.522118156238484%2C-54.430346606006644&z=12>

que garanta a permanência dos programas, desde recursos humanos e de infraestrutura. Assim, percebe-se que, enquanto outros municípios como os mencionados na primeira seção deste artigo os programas de hortas têm continuidade, porque a gestão pública atua diretamente na regulamentação legal, estabelecimento de diretrizes, designação de responsabilidades, busca e destinação de orçamento, estabelecimento de termos de cooperação e governança, em Foz do Iguaçu isso não ocorre. Naqueles municípios, a gestão municipal desenvolveu capacidade estatal com parcerias, convênios, acordos com a população e outras instituições, a exemplo, universidades, escolas, ongs, associações e cooperativas locais e mesmo empresas, cada qual mobilizando a sua própria comunidade em torno do programa de hortas, além de investimentos em recursos humanos e infraestrutura para o funcionamento do programa. Nas hortas de Maringá e Curitiba, a comunidade é mobilizada pelos grupos locais, como igrejas, associação de moradores e coletivos, esses são co-responsáveis pela gestão do programa e garantia da continuidade. É preciso ter organização do grupo em um trabalho coletivo e é bom ter parâmetros validados que orientem. Baseados nestes exemplos, pode-se dizer que em Foz do Iguaçu falta os responsáveis locais assumirem um compromisso com a política de hortas, regulamentar aquilo que já existe e fomentar e investir recursos no desenvolvimento de novas iniciativas.

4.2 Visitas às hortas

Das quinze hortas identificadas, foram visitadas ao todo oito hortas: duas hortas caracterizadas como comunitárias; quatro institucionais; e três organizações de fomento. As visitas guiadas pelo questionário pré-estruturado baseado no mapeamento da AeR (ANA, 2020), buscou melhor compreensão das dimensões: identificação; área física; técnica; econômica; organização social e redes de apoio. Destaca-se que algumas informações não puderam ser apuradas por falta de conhecimento do entrevistado ou ausência de registro de gestão dos projetos, contudo, o método pré-estruturado com conversa aberta, permitiu constatar outros dados não previstos, como descritos a seguir:

i) Horta Comunitária Três Lagoas - Rua Nova União, 406 Jardim Vale do Sol:

A implantação de uma horta comunitária em Foz do Iguaçu ocorreu por meio de um termo de cooperação entre a Companhia Paranaense de Energia (Copel) e a Prefeitura Municipal, utilizando uma área sob a linha de transmissão de energia da Copel. Inicialmente, 26 famílias cadastradas por uma instituição religiosa local iniciaram a constituição de uma associação de bairro. O grupo assinou termos de compromisso para uso do espaço e participaram de capacitações promovidas pela Copel, no âmbito do Programa Cultivar Energia. O termo de cooperação autorizou o uso da área para cultivo, delimitada e cercada pela Copel, com acompanhamento anual, enquanto a Prefeitura assumiu a implantação dos canteiros, o fornecimento de água e energia, bem como a análise e correção do solo e orientação técnica. As famílias dividiram o espaço, assumindo o compromisso de manter as parcelas produtivas com práticas de cultivo orgânico, sendo responsáveis por todas as etapas do cultivo e irrigação, sem uso de defensivos agrícolas, destinando a produção ao consumo próprio, doações, trocas ou comercialização. Observou-se, após quatro meses de implementação, avanços na organização social local, com a formação da associação em andamento, e um aumento no consumo de alimentos frescos entre os participantes, indicando impactos positivos iniciais do projeto.

Figura 3: Horta Comunitária Três Lagoas.



Fonte: das autoras (2024).

ii) Horta Comunitária Agroflorestal Jd. Nova Andradina - Cidade Nova:

Localizada em um terreno público estratégico de Foz do Iguaçu, ao lado do Banco de Alimentos Municipal, do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS/Norte) e da Cooperativa da Agricultura Familiar (COAFFOZ), a horta comunitária funciona desde 2019 como espaço aberto à comunidade, integrando-se a diversos projetos sociais e de extensão universitária, com a participação de estudantes da UNILA e moradores dos bairros Cidade Nova e Jardim Nova Andradina. O projeto é pautado pela autogestão e organização participativa, com decisões democráticas e mutirões abertos realizados periodicamente, sem necessidade de cadastramento. A horta também abriga ações de educação ambiental, como visitas escolares, oficinas e cursos, além de eventos culturais e comunitários, sendo um espaço multifuncional voltado à agroecologia, lazer e formação cidadã. O cultivo segue princípios agroecológicos, com produção voltada ao consumo próprio, doações e uso em oficinas, contando com composteira e ferramentas compartilhadas. O financiamento provém de editais públicos, organizações parceiras e contribuições dos participantes. Entre os desafios enfrentados estão a ausência de cercamento, que permite a entrada de animais e prejudica a produção, a falta de infraestrutura básica como água, iluminação e assessoria técnica, e a baixa produtividade. Ainda assim, o projeto recebe apoios municipais, como serviços de roçada, uso de trator, composto de podas e doações de sementes. Também há o apoio do Refúgio Biológico com doação mensal de mudas que são plantadas na própria horta ou doadas à comunidade nos eventos, e o apoio da UNILA com bolsas de extensão universitária.

Figura 4: Horta Comunitária Agroflorestal.



Fonte: das autoras (2023).

iii) Horta Institucional IFPR - Campus IFPR Av. Araucária:

O Campus de Foz do Iguaçu do Instituto Federal do Paraná oferece o Curso de Gastronomia e nesse escopo foi criado o projeto de extensão Horta Escolar Dádivas Trocadas. O espaço localizado dentro do Campus há o cultivo de ervas, temperos e hortaliças que são utilizadas pelo curso de Gastronomia. O cultivo e cuidado é realizado por bolsista e a coordenadora do projeto e fazem chamadas de mutirões para os demais estudantes da comunidade. A irrigação é automatizada por gotejamento, o que facilita os cuidados com as plantas e a produção excedente é doada ou trocada com a comunidade do Campus. O projeto recebe o apoio com a doação de composto e podas do Ceasa e da Prefeitura de Foz e o financiamento é das próprias participantes do projeto e por doações.

Figura 5: Horta Campus IFPR - Foz do Iguaçu.



Fonte: das autoras (2023).

iv) Horta Institucional CEAI - Centro de Educação Ambiental do Iguaçu - Bosque Guarani:

Anexa ao CEAI, esta horta tem seu principal objetivo a educação ambiental com o recebimento de visitas escolares e cursos. É um pequeno espaço com uma horta formato mandala e alguns canteiros onde são cultivadas hortaliças e plantas medicinais, a irrigação automatizada poupa o tempo de dedicação ao espaço. Além disso, há no local um biodigestor cujo fertilizante é utilizado na horta e distribuído para a população. A produção é para consumo próprio dos funcionários do local ou doações. O financiamento para implantação e manutenção é da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu.

v) Horta Institucional UVR Pedro Colombelli e UVR Manoel da Silva:

As hortas das Unidades de Valorização de Recicláveis (UVR) poderiam ser chamadas de horta coletiva, ao invés de comunitárias. No dicionário Michaelis (2025), o significado da palavra comunitária é “Que se caracteriza pelo princípio de cooperação e pela divisão comum da produção ou dos bens”. Não é essa dinâmica que se percebe nas hortas nas UVR. Elas se caracterizam por ser cultivadas por uma ou duas pessoas e sua colheita ser dividida por todos os cooperados. Não há cooperação de uma comunidade nesta horta, mas há a distribuição dos alimentos a todos. Também não há interação com a comunidade do entorno, sendo uma horta institucional por atender apenas a comunidade interna da cooperativa. De fato, chegaram a proibir que outras pessoas cultivassem na horta, pois acabavam danificando os canteiros. Todas

as hortas em UVR foram implantadas pela prefeitura de Foz do Iguaçu, no entanto os investimentos para melhorias e manutenção é próprio da cooperativa. Atualmente a irrigação é por gotejamento e a prefeitura segue apoiando fornecendo compostos das podas municipais.

Figura 6: Hortas UVR Pedro Colombelli e UVR Manoel da Silva



Fonte: das autoras (2023).

vi) Horta Batalhão da PM - organização de fomento:

Desenvolvido por iniciativa dos próprios servidores do Batalhão da Polícia Militar de Foz do Iguaçu, este projeto agroecológico integra práticas sustentáveis em um sistema agroflorestal com cultivo de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs), produção hidropônica de hortaliças, três estufas para mudas e sistemas de irrigação abastecidos por cisternas. Com orientação técnica contratada e mão de obra proveniente do patronato em cooperação com a Secretaria da Justiça, o projeto é financiado com recursos próprios da Polícia Militar, tendo sido implantado com investimento do Estado do Paraná. A produção é distribuída a escolas e instituições sociais, além de ser ofertada à comunidade por meio de uma barraca solidária com contribuição voluntária. Caracterizado como organização de fomento, o projeto apoia a implantação de hortas comunitárias ou em instituições, doa mudas e alimentos, oferece assessoria técnica e desenvolve ações educativas voltadas ao uso culinário das PANCs em merendas escolares e oficinas abertas à população, promovendo segurança alimentar, educação ambiental e inclusão social.

Figura 7: Horta e hidroponia Batalhão da PM.



Fonte: das autoras (2023).

vii) Refúgio Biológico Itaipu - organização de fomento:

O Refúgio Biológico é um projeto da Usina Itaipu, localizado em área de preservação da empresa, que cultiva espécies arbóreas nativas da região e também mais de 150 espécies de plantas medicinais. Considerada uma organização de fomento às hortas, o refúgio realiza doações de mudas em apoio a projetos de cultivos de plantas medicinais e de reflorestamento da mata atlântica, além de doação periódica de mudas à comunidade. O local também recebe visitas turísticas e técnicas de educação ambiental. O financiamento é próprio da Itaipu e está estrategicamente ligado à missão de preservação ambiental da empresa.

viii) Horto Municipal de Foz do Iguaçu - organização de fomento:

O Horto Municipal, inaugurado em 1978, constitui um espaço dedicado à conservação ambiental, à sustentabilidade urbana e à produção de mudas, desempenhando um papel estratégico na gestão da arborização da cidade. Gerenciado pela Diretoria de Arborização (DIAR) do Município, é responsável por coordenar ações voltadas à manutenção e expansão da vegetação urbana. O local dispõe de uma estufa de grande porte, utilizada para a produção e armazenamento de mudas de espécies arbóreas e arbustivas, as quais são posteriormente destinadas ao plantio em áreas públicas ou doação para munícipes. Destaca-se, ainda, o apoio que oferece às hortas comunitárias, por meio da doação de mudas e orientação técnica, contribuindo para o fomento da agricultura urbana. Além disso, o Horto configura-se como um espaço multifuncional, com potencial para o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, promoção de estudos científicos, geração de dados técnicos e acolhimento de instituições de pesquisa voltadas à flora urbana e à restauração ecológica.

A partir das visitas, percebe-se que as hortas comunitárias visitadas são criadas a partir de iniciativas isoladas e resistem de modo autônomo para permanecerem em funcionamento. Com exceção da horta de Três Lagoas, que possui cooperação com a Copel e tem regras bem estabelecidas, nas demais hortas faltam recursos financeiros e técnicos e o apoio municipal é insuficiente às necessidades locais.

Apesar das dificuldades, as iniciativas permanecem buscando a produção e soberania alimentar. Todas utilizam práticas agrícolas sustentáveis, como o cultivo orgânico e técnicas agroecológicas. Ademais, as hortas objetivam também a conscientização quanto ao cuidado com o meio ambiente, a alimentação saudável, a educação alimentar, ambiental e produtiva e são um meio de fortalecimento comunitário e cidadão.

Pereira e Arce (2016) constata em seu estudo que apesar dos benefícios, a prática da agricultura urbana enfrenta desafios, como a falta de áreas disponíveis para cultivo, a poluição do solo e a carência de políticas públicas que apoiem e incentivem essas iniciativas. A superação desses obstáculos requer a colaboração entre governos, sociedade civil e setor privado, para desenvolver estratégias integradas que fomentem o crescimento da agricultura urbana de forma sustentável.

5. CONCLUSÃO

As hortas comunitárias são uma iniciativa em que um grupo de pessoas se reúne para cultivar um espaço de terra coletivo. A distribuição da colheita pode ser coletiva, ou cada membro da comunidade ser responsável pelo cultivo e colheita da sua área. Programas de hortas comunitárias não só ajudam a garantir o abastecimento de alimentos frescos e saudáveis, mas

também é uma maneira de fortalecer as relações entre os membros da comunidade e contribuir com os objetivos da ODS 2. Fome Zero e Agricultura Sustentável; 3. Saúde e Bem-Estar; 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis, e; 12. Consumo e Produção Responsáveis (FAVORETO *et al.*, 2024).

Percebe-se que as iniciativas de hortas urbanas comunitárias têm se consolidado por meio de políticas públicas nas cidades como importante instrumento para promover a segurança alimentar e nutricional, reduzir a vulnerabilidade social e melhorar a qualidade de vida da população, além de contribuir para o desenvolvimento sustentável das cidades. A criação de políticas públicas e instrumentos que estabeleçam diretrizes claras para apoio e regulamentação das hortas urbanas comunitárias, pode significar um passo importante na consolidação dessa prática no município e engajar a participação da sociedade (INSTITUTO ESCOLHAS, 2023).

Em Foz do Iguaçu foram identificadas entre 2023 e 2024 quinze iniciativas de hortas nas áreas urbanas, sendo cinco comunitárias, sete institucionais e três de fomento. Com uma entrevista inicial, revisão bibliográfica e aplicação de questionário aos responsáveis pelas hortas, se identificou que apesar da existência da legislação e de diferentes iniciativas da Prefeitura Municipal ao longo dos anos, falta capacidade estatal para a criação e implementação de um fluxo de fomento constante à agricultura urbana e o programa de hortas comunitárias.

Em contraponto com a realidade encontrada nos estudos de caso nos municípios de Curitiba, Maringá e Maricá, a partir da identificação e visitação nas hortas em Foz do Iguaçu é possível perceber que o município não oferece um apoio institucional para perpetuação dos projetos já existentes, ou fomenta o surgimento de novas iniciativas. Apesar da existência de uma lei municipal que institui o Programa de hortas comunitárias, não foram encontradas diretrizes de funcionamento, previsão orçamentária ou recursos humanos a fim que o programa possa se consolidar como uma política pública local.

A partir desta pesquisa foi possível obter um diagnóstico da situação das hortas urbanas comunitárias em Foz do Iguaçu e os resultados permitem refletir sobre propostas para a consolidação de um programa de hortas comunitárias no município. Essas ações devem ser direcionadas ao desenvolvimento sustentável, estabelecendo e viabilizando a existência de espaços de convivência e de produção alimentar saudável, além de promover o desenvolvimento das comunidades colaborativas e incentivar o engajamento de diferentes grupos e segmentos sociais na construção de uma cidade mais justa, saudável e ambientalmente sustentável.

REFERENCIAS

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA). **Municípios agroecológicos e políticas de futuro [recurso eletrônico]: iniciativas municipais de apoio à agricultura familiar e à agroecologia e de promoção da segurança alimentar e nutricional.**

Organizadores: Flavia Londres [et al.]. - 2.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, 2021. Disponível em:

<https://agroecologia.org.br/2020/10/22/municipios-agroecologicos/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

CABANHA, S. **Diagnóstico socioterritorial da política de assistência social: informações sociais dos territórios.** Foz do Iguaçu: Fundação Cultural de Foz do Iguaçu, 2019.

CIDADANIA. **Bolsa Família e Cadastro Único. Foz do Iguaçu, 2023.** [S.N.] Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/index.html>. Acesso em: 28 jun. 2023.



CUNHA, M. A.; CARDOSO, R. C. V. **Hortas urbanas na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional e desenvolvimento sustentável em Salvador, Brasil**, Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20210094r3vu2022L4ao> . São Paulo. Vol. 25. Acesso em: 20 ago. 2022.

DUARTE, Fernanda; POLESE, Maurício. O pape da agricultura urbana e periurbana na segurança alimentar global do pós-guerra à crise da covid-19: novas perspectivas em justiça alimentar, saúde global e sustentabilidade. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 32, n. 3, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902023230330pt>. Acesso em: 22 abr. 2025.

FAVORETO, Carlos José Ruffato *et al.* Agricultura urbana na perspectiva dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v. 17, n. 2, p. 01–30, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.2-321>. Acesso em: 22 abr. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População de Foz do Iguaçu no último censo 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO ESCOLHAS. **Subsídios para a elaboração de uma política pública para o fomento de hortas urbanas**. Relatório Técnico. São Paulo, 2023.

LEI ORDINÁRIA Nº 5.119, DE 14 DE JUNHO DE 2022. **Institui o Programa de Horta Comunitária no Município de Foz do Iguaçu e dá outras providências**. PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU Nº 4.429, DE 15 DE JUNHO DE 2022.

LEI ORDINÁRIA Nº 8.981, DE 27 DE JULHO DE 2011. **Oficializa o Programa de Horta Comunitária no Município de Maringá e dá outras providências**. Publicada no Diário Oficial do Município de Maringá nº 1568, de 01 de agosto de 2011.

LOVO, I. C. **Agricultura urbana: um elo entre o ambiente e a cidadania**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/95958>. Acesso em: 26 out. 2012.

MARICÁ. **PORTARIA Nº 02 DE 15 DE OUTUBRO DE 2019**. Jornal Oficial de Maricá. 16 de outubro de 2019, Ano XI, Edição nº 998. Disponível em https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/JOM_998_16-10-2019.pdf. Acesso em 24/05/2024.

MICHELLON, E. **Hortas comunitárias de Maringá: um modelo de agricultura urbana**. Centro de Referência de Agricultura Urbana e Periurbana - CerAUP. Editora Clichetec, Maringá, 2016.

NASCIMENTO, R. Banco de alimentos como promotor de segurança alimentar e nutricional no município de Foz do Iguaçu. **Revista Competitividade e Sustentabilidade**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 306–320, 2020. DOI: 10.48075/comsus.v7i2.20941. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/comsus/article/view/20941>. Acesso em: 5 abr. 2024.

PEREIRA, Franciela Santa Chiara; ARCE, Enrique Viana. A gestão nas hortas comunitárias da cidade de Americana. **R. Tec. Fatec AM**. ISSN 2446-7049. v.4 n.1 p.78-102 mar./set. 2016.





PNAD. **Segurança alimentar nos domicílios brasileiros volta a crescer em 2023.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39838-seguranca-alimentar-nos-domicilios-brasileiros-volta-a-crescer-em-2023>. Acesso em: 27 mar. 2025.

PNUD. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em <https://www.undp.org/pt/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel#:~:text=Os%20Objetivos%20de%20Desenvolvimento%20Sustent%C3%A1vel,d%20esfrutem%20de%20paz%20e%20prosperidade>. Acesso em 27 mar. 2025.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (PENSSAN). (2021). **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil'** [livro eletrônico]: I Vigisan: relatório final. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert, Rede Penssan. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/pesquisa2020/>. Acesso em: ago. 2022.

SALES, R. L. de A. **Agricultura urbana e periurbana em Foz do Iguaçu: análise das capacidades estatais, percepção dos burocratas.** 2021. 69. Trabalho de Conclusão de Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu Disponível em: <http://dspace.unila.edu.br/123456789/6219>. Acesso em: 20 jul. 2021.

SILVA, L.; DUTRA, V. FRANCELINO, D.; DIAS, N. (2020). Mapeamento de Espaços Urbanos Vazios para possível elaboração de hortas comunitárias em Barbacena/Mg: Desafios e proposições. **Enciclopédia biosfera**, [S. l.], v. 17, n. 32. Disponível em: <https://www.conhecer.org.br/ojs/index.php/biosfera/article/view/50>. Acesso em: 29 jun. 2023.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Departamento Científico de Adolescência. Manual de Orientação. Benefícios da Natureza no Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes.** 2019. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/manual_orientacao_sbp_cen_.pdf. Acesso em 27 de março de 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM). **Mais de mil famílias participam de hortas comunitárias em Maringá.** UEM, Bianca Iglesias, 15 de maio de 2018. Disponível em: https://noticias.uem.br/index.php?option=com_content&view=article&id=22700:mais-de-mil-familias-participam-de-projeto-de-hortas-comunitarias&catid=986:pagina-central&Itemid=211. Acesso em 20/06/2024.

*Recebido em: 15/04/2025
Aprovado em: 27/06/2025*

